



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS**

LUIS CARLOS FEITOSA DE ANDRADE

**SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E CONTÁBEIS
NO SERTÃO DA PARAÍBA.**

**POMBAL - PB
2015**

LUIS CARLOS FEITOSA DE ANDRADE

**SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E CONTÁBEIS
NO SERTÃO DA PARAÍBA.**

**Dissertação apresentada à Universidade do
Federal de Campina Grande – UFCG, campus
Pombal como parte das exigências do programa
de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais,
para obtenção do título de Mestre.**

**Orientadores: Prof^ª. D. Sc. Aline Costa Ferreira
Prof. D. Sc. Ednaldo Barbosa Pereira Júnior
Prof. D. Sc. Patrício Borges Maracajá**

**POMBAL - PB
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A553s Andrade, Luis Carlos Feitosa de.
Sustentabilidade em assentamentos rurais: indicadores socioeconômicos, ambientais e contábeis no sertão da Paraíba / Luis Carlos Feitosa de Andrade. – Pombal, 2015.
65 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2015.

"Orientação: Prof^a. DSc. Aline Costa Ferreira, Prof. DSc. Ednaldo Barbosa Pereira Júnior, Prof. DSc. Patrício Borges Maracajá".

Referências.

1. Indicadores Ambientais. 2. Atividade Sustentável. 3. Contabilidade. I. Ferreira, Aline Costa. II. Pereira Júnior, Ednaldo Barbosa. III. Maracajá, Patrício Borges. IV. Título.

CDU 631.116:504(043)

**SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS, AMBIENTAIS E CONTÁBEIS NO SERTÃO DA PARAÍBA.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Aprovada em ____/____/____

**Orientadora Prof^ª. DSc. Aline Costa Ferreira
UAGRA-CCTA-UFCG-PB**

**Orientador Prof. DSc. Patrício Borges Maracajá
UAGRA-CCTA-UFCG-PB**

**Orientador e Avaliador Externo Prof. DSc. Ednaldo Barbosa Pereira Júnior
IFPB - SOUSA - PB**

**Avaliador Interno Prof^ª. DSc. Rosilene Agra da Silva
UAGRA-CCTA-UFCG-PB**

**POMBAL - PB
2015**

DEDICO

**A minha esposa Maria Edileuza e a minha prima Erica e
seus filhos Joel Arthur e Otávio.**

EPÍGRAFE

"Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, pois dele procedem às saídas da vida." (Provérbios 4:23)

"Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor." (Romanos 8:38,39).

AGRADECIMENTOS

Ao meu grandioso DEUS em quem tudo posso porque me fortalece.

A minha esposa Maria Edileuza, companheira e amiga, pela paciência, compreensão, e principalmente por fazer parte desse trabalho pelo amor que tem me dedicado.

Aos meus amados filhos, Luan Caio e Yan, pelo carinho e amor. Sem vocês tudo em minha vida seria mais difícil, ou não teria sentido.

Aos meus sobrinhos Carla e João Victor pelo amor do tamanho do universo.

Ao meu pai José Manoel, que mesmo não estando presente, faz parte de minha vida.

A minha mãe Gertrudes cujo amor incondicional ilumina toda a minha existência.

Ao meu Sogro Antônio Leite e Olivia que embora hoje não estejam presentes quando puderam me acolheram com muito amor e carinho.

Aos meus queridos irmãos, Francisco de Assis, Antônio Carlos José Ricardo, Eliton e José Manoel Filho, pela união que nos torna família.

Ao professor e amigo DSc. Patrício Borges Maracajá. Um professor exemplar, humilde e atencioso. Além dos ensinamentos que você transmitiu, a confiança, o companheirismo e amizade foram os pontos marcantes e dignos de minha admiração. Muito obrigado por tudo.

Aos meus amigos Eliane Queiroga, Oscar Mariano, Hugo Vieira, Erinaldo Junior, Risonelha e Valbia.

Aos professores Francivaldo Gomes, Andreia Brandão, Antônio Vitor, Monica Tejo, Prof^o. DSc. Patrício Borges Maracajá, minha orientadora, Prof.^a. DSc. Aline Costa Ferreira e Prof.^a. DSc. Rosilene Agra da Silva pela confiança e paciência e, sobretudo, por seus valiosos ensinamentos.

Aos meus colegas de mestrado, pela amizade e auxílio.

Aos amigos e familiares, que sempre me incentivaram e apoiaram: Erica, Antonilda, Kelly, Maria Moura, Elenir, Ilquias, Imara, Jacqueline, Petrônio.

Ao casal Alexsandro e Socorro pelo apoio e contribuição que deram durante toda pesquisa, assim como todos assentados das comunidades Acauã, Angélicas e Serra Azul.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste percurso.

SUMÁRIO

	Pág.
LISTA DE TABELAS	I
LISTA DE FIGURAS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Questão agrária brasileira.....	15
2.2 Assentamentos rurais.....	16
2.3 Incra e crédito fundiário.....	17
2.4 Obtenção de terras.....	17
2.5 Implantação de assentamentos.....	18
2.6 Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.....	19
2.7 Meio ambiente e sustentabilidade.....	21
2.8 Indicadores de sustentabilidade.....	22
2.9 Contabilidade.....	23
2.10 Contabilidade gerencial.....	23
2.11 Contabilidade de custos.....	24
3 METODOLOGIA	25
3.1 Caracterização da área de estudo.....	25
3.2 Descrição dos assentamentos pesquisados.....	25
3.2.1 Assentamento Acauã.....	25
3.2.2 Assentamento Angélicas.....	26
3.2.3 Assentamento Serra Azul.....	27
3.3 Coleta de dados.....	27
3.4 Descrição dos indicadores de sustentabilidade.....	28
3.4.1 Índice de qualidade de vida (IQV).....	28
3.4.1.1 Educação.....	29
3.4.1.2 Saúde.....	29

3.4.1.3 Habitação.....	29
3.4.1.4 Aspectos sanitários.....	30
3.4.1.5 Lazer.....	30
3.4.1.6 Bens duráveis.....	30
3.4.2 Índice de capital social (ICS).....	31
3.4.3 Índice ambiental (IA).....	32
3.4.4 Índice de sustentabilidade (IS).....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
4.1 Índice de qualidade de vida (IQV).....	36
4.2 Índice de capital social (ICS).....	37
4.3 Índice de ambiental (IA).....	39
4.4 Índice de sustentabilidade (IS).....	41
4.5 Contabilidade.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6 SUGESTÕES.....	53
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
8 ANEXOS.....	59

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 01. Participação absoluta (VA) e relativa (VR) dos indicadores na composição do Índice de Qualidade de vida (IQV) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	36
TABELA 02. Participação dos indicadores sociais na composição do Índice de Capital Social (ICS) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	39
TABELA 03. Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental (IA) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	40
TABELA 04. Participação dos indicadores sociais, econômicos e ambientais na composição do Índice de Sustentabilidade nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	41

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 01. Serviço contábil utilizado nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	43
FIGURA 02. Demonstrativos contábeis como controle gerencial nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	44
FIGURA 03. Uso do sistema de informação no gerenciamento nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	45
FIGURA 04. Frequência do líder na análise dos relatórios nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	46
FIGURA 05. Índice de satisfação nos relatórios dos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	47
FIGURA 06. Metodologia utilizada no processo de decisões nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	48
FIGURA 07. Informações dos relatórios contábeis nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	49
FIGURA 08. Elaboração do orçamento nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	50
FIGURA 09. Uso da contabilidade no gerenciamento dos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.....	51

ANDRADE, L. C. F. de. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: indicadores socioeconômicos, ambientais e contábeis no sertão da Paraíba.** Pombal PB: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais-PPGSA). 2015, 65f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais-PPGSA).

RESUMO - Nos últimos anos, os assentamentos rurais vem sendo intensamente estudados, por causa da discussão corrente sobre desenvolvimento sustentável como instrumento de geração de emprego e renda no meio rural. Em consequência disso, o presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo socioeconômico e ambiental e mostrar a importância da contabilidade para mensurar a sustentabilidade em três assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul. Para tanto, aplicaram-se questionários junto a 45 assentados com variáveis socioeconômicas, ambientais, de capital social e contábil, que possibilitaram os cálculos dos respectivos índices: Índice de Qualidade de vida (IQV) de 0,8667, 0,7778 e 0,7222, onde os indicadores que mais contribuíram para mensurar a qualidade de vida dos assentados foram habitação e bens duráveis, enquanto o indicador de lazer foi o menos representativo. Na amostra total, os assentamentos apresentaram Índice de Qualidade de Vida na média e o nível médio de acumulação de capital social nos assentamentos foi considerado relevante pelo dimensionamento do Índice de Capital Social (ICS), contribuindo com a maior parcela na formação do Índice de Sustentabilidade (IS) dos assentamentos, apresentando valores de 0,8857, 0,8286 e 0,7952. Na formação deste índice, destacaram-se os investimentos que a associação realiza e que são submetidos e aprovados nas reuniões. No aspecto ambiental, obtiveram-se resultados pouco satisfatórios, representando nível baixo para o Índice de sustentabilidade de todos os assentamentos, o que exige melhor atenção ao meio ambiente e à educação ambiental aos assentados, representando valores de 0,5143, 0,3143 e 0,3714. Na composição deste índice, a existência de área de reserva nativa no assentamento foi o indicador que mais contribuiu com a sustentabilidade. No total da amostra, o Índice de Sustentabilidade, de 0,6757 apresentou-se na média, o que pode sugerir um melhor desempenho para aumentar o Índice Ambiental para que venha somar com o Índice Capital Social e, conseqüentemente, elevar o Índice de Sustentabilidade nos assentamentos estudados. Os resultados encontrados, portanto, demonstraram que o uso da Contabilidade por meio de seus relatórios, vem contribuindo para os assentamentos realizarem o seu processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Indicadores ambientais, atividade sustentável, contabilidade.

ANDRADE, L. C. F. **Sustainability in rural settlements: socioeconomic indicators, and environmental accounting in the backlands of Paraiba.** Pombal PB: Federal University of Campina Grande - UFCG. Dissertation (Master of Agribusiness-PPGSA Systems). 2015, 65f. Dissertation (Master of Agribusiness-PPGSA Systems).

ABSTRACT - In recent years, rural settlements are being intensively studied because of the current debate on sustainable development and employment generation instrument and income in rural areas. As a result, this study aimed to conduct a socioeconomic and environmental study and show the accounting importance to measure sustainability in three settlements Acauã, Angelic and Serra Azul. For this end, questionnaires were applied at 45 seated with socioeconomic, environmental, social capital and accounting, which enabled the calculation of the respective indices: Life Quality Index (QLI) of 0.8667, 0.7778 and 0, 7222, where the indicators that most contributed to measure the life quality of the settlers were housing and durable goods, while the leisure indicator was the least representative. In the total sample, the settlements presented Life Quality Index on average and the average level of capital accumulation in the settlements was considered relevant by the design of the Social Capital Index (ICS), contributing for the largest share in the formation of the Sustainability Index (IS) of the settlements, with values of 0.8857, 0.8286 and 0, 7952. In the formation of this index, stood out investments that the association carries out which are placed and approved in meetings. Environmentally, got poor results, representing low level to the sustainability index of all settlements, which requires better attention to the environment and environmental education to the settlers, representing values of 0.5143, 0.3143 and 0.3714. In the composition of this index, the existence of native reserve area in the settlement was the indicator that most contributed to sustainability. In the overall sample, the Sustainability Index of 0.6757 performed on average, which may suggest a better performance to increase the environmental index that will add to the Social Capital Index and consequently to raise the Sustainability Index the studied settlements. The results found therefore demonstrated that the use of accounting through its reports, has contributed to the settlements realize their decision-making process.

Keywords: Environmental indicators, sustainable activity, accounting.

1. INTRODUÇÃO

O uso de mecanismos eficazes que garantam aos camponeses a potencialização da produção agrícola e comercialização dos produtos é necessário a fim de que se faça gerar alternativas e ações que potencializem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Produzir de forma sustentável é um assunto que muito tem sido comentado e discutido atualmente. Sistemas de produção manejados de acordo com os princípios da ciência da Agroecologia é uma realidade podendo ser constatados altas produtividades por área, estabilidade ambiental, conservação da biodiversidade, conservação do solo e água, além de promover uma maior valorização da agricultura familiar, garantindo trabalho e renda (MONTEIRO, 2012).

Com base na constatação de que esta técnica pode atender aos anseios dos pequenos produtores porque é facilmente aplicável a realidade dos mesmos, é que esta tem sido estimulada em áreas de assentamentos e acampamentos rurais. Faz-se necessário, capacitar e orientar os assentados e acampados sobre as diferentes técnicas agroecológicas. A introdução de novos conceitos, porém, pode ser dificultada em função das experiências que muitos já desenvolveram e ao mesmo tempo, é necessário valorizar muitos destes saberes acumulados.

Neste sentido, acredita-se que, para que se obtenha um maior efeito no cotidiano dos assentamentos rurais a construção de conhecimentos sobre a valorização da natureza e o seu uso de forma correta e sustentável a deva ter como ponto de partida as crianças e jovens uma vez que os movimentos sociais no campo lutam pela dignidade e humanização das crianças, jovens, mulheres, homens do campo, pela humanização do trabalho, das estruturas e relações sociais.

A agricultura brasileira necessita de medidas inovadoras e reais nos assentamentos rurais, cujas propostas enfoquem a importância da organização social e a sustentabilidade social, econômica e ambiental, na busca de soluções e alternativas para atender os interesses da população assentada e valorizar o espaço rural e sua cultura (ALMEIDA, 2006). Deste modo, as organizações sociais e a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, tornam-se uma questão importante, não somente no sentido da preservação ambiental, mas também como uma alternativa econômica e socialmente aceitável de desenvolvimento local. Acredita-se que a organização social, como forma de conciliar o meio ambiente com as bases

locais, poderá tornar-se uma alternativa adequada e viável para o assentamento rural sustentável.

Este trabalho de pesquisa pretende a partir do estudo dos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul situados em Aparecida, estado da Paraíba, beneficiados pelos projetos de reforma agrária e políticas do governo federal, mensurar, avaliar e comparar as correspondentes sustentabilidades, levando-se em consideração os aspectos socioeconômicos, ambientais e contábeis, buscando diagnosticar possíveis entraves à promoção do desenvolvimento sustentável.

Os dados aqui analisados baseiam-se na premissa de que um assentamento é sustentável, quando as famílias, através da organização do acesso à políticas de infra estrutura básica e agrícolas, conseguem dispor dos meios de produção e de transformação social de maneira a lhes proporcionar a implementação de um sistema produtivo viável, bem como o acesso a benefícios sociais que promovam a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a cidadania.

O Objetivo deste trabalho foi realizar um estudo socioeconômico e ambiental e a importância da contabilidade para mensurar a sustentabilidade em três assentamentos no sertão Paraibano.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Segundo Stedile (2013) O estudo e o debate da questão agrária no Brasil se desenvolveram com muita efervescência durante as décadas de 1980 até nossos dias. Este debate, embora não tenha tido grande repercussão na opinião pública, tem florescido naturalmente e foi difundido através de muitos artigos, textos e livros no decorrer dos últimos 15 anos. A evolução do pensamento sobre a questão agrária brasileira teve a trajetória descrita a seguir.

Em 1960 houve um grande debate que chamou a atenção do mundo acadêmico e tomou conta das rodas políticas e dos programas partidários, pois a sua interpretação implicava a definição das estratégias de mudanças socioeconômicas do país. Naquela época, confrontaram-se basicamente: os que analisavam a realidade agrária como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo e até com resquícios feudais [sic]. Entre seus principais defensores estavam Alberto Passos Guimarães (Quatro séculos de latifúndio), Maurício Vinhas (Problemas agrário-camponeses do Brasil), entre outros, tendo como combinação partidária as teses defendidas pelo PCB e PCdoB. Por outro lado, defendiam-se as teses de que no Brasil nunca havia existido feudalismo, de que o capitalismo estava se desenvolvendo no campo, e que as relações sociais de produção existentes não eram um entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracterizavam-se por um certo tipo de capitalismo concentrador, dependente etc. Entre os defensores de tais ideias encontravam-se principalmente Caio Prado Júnior (Revolução brasileira), Rui Marini e André Gunder Frank. Dessas teses resultaram estratégias diferentes para o papel da reforma agrária, das alianças e das mudanças socioeconômicas no campo e no Brasil como um todo.

Veio à ditadura militar (1964-1985) e de certa forma esse debate foi mutilado, proibido, mas a realidade agrária continuou desenvolvendo-se com a derrota da ditadura militar. foi o período de abertura política e ressurgiram os movimentos sociais no campo, em luta pela reforma agrária. E a partir dos anos 80 o debate reacendeu nas universidades, nos partidos políticos e nas igrejas, nos movimentos sociais e nas organizações não governamentais, (aquelas entidades que assessoravam ou atuavam no campo, como apoio aos movimentos de trabalhadores).

Mas o debate reacendeu num novo patamar, pois tinha o mesmo nível de polêmica que existia na década de 1960. A realidade agrária foi determinante para isso. O debate não é

mais se o capitalismo predomina ou não nas relações sociais e de produção na agricultura brasileira. Todos concordam. Pode-se divergir e pesquisar sobre a natureza e as diferenciações existentes desse desenvolvimento. Não sobre sua predominância.

Hoje se debate qual a natureza da reforma agrária. Ela será capitalista ou socialista? Será reformista-desenvolvimentista, ou será revolucionária? Alguns, mesmo no campo da esquerda, levantam teses de que não há mais necessidade de reforma agrária no sentido de distribuição ampla da propriedade da terra de que os trabalhadores precisam e lutam por outro tipo de mudanças na agricultura.

O país criou controles capazes de garantir a propriedade da terra, no entanto, insuficientes para garantir o uso produtivo e causar impactos sociais positivos ao país.

A primeira questão preocupa-se com a produção e produtividade dos segmentos da agricultura, visando à alocação dos fatores de produção e se guiando estritamente pelos valores de mercado.

A segunda questão está fundamentada na preocupação quanto às relações de produção capitalistas e seus problemas de ordem econômica e social como o nível de renda e nível de emprego (BATALHA, 2006).

2.2. ASSENTAMENTOS RURAIS

O assentamento apresenta-se como um espaço onde a construção de um novo modo de vida sobre a terra, articula, simultaneamente, o resgate de modos de vida tradicionais com a incorporação de práticas modernas, tanto para a organização do trabalho e da produção como nas relações familiares e sociais. Nele, a terra é concebida como local de moradia, de trabalho, de produção e reprodução da vida material e afetiva. Não ter patrão, nem horário para cumprir é estar livre, portanto o desejo que move os assentados é o da autonomia, representada pela conquista da terra que garante fartura, sossego e liberdade. Após várias histórias de vida, depoimentos e entrevistas com trabalhadores homens, mulheres e jovens do Assentamento Reunidas, mesmo em campos de conhecimentos distintos, a saber, Sociologia, Geografia e História conseguem algumas pistas extremamente interessantes acerca de como as famílias assentadas concebem a terra e qual o significado dela dentro do universo simbólico destas famílias. Assim, trazem para o primeiro plano as vozes desses homens e mulheres, jovens e idosos, que tão generosamente relataram seus sentimentos e opiniões sobre como é viver na e da terra, bem como a importância deste modo de vida para a realização de seus sonhos, desejos e aspirações (SIMONETI, 2011).

2.3. INCRA E CRÉDITO FUNDIÁRIO

Créditos e recursos liberados sem orientação apropriada, falta de escolaridade que permita ao agricultor vislumbrar uma visão de mundo para além das necessidades imediatas do lote, afrouxamento do pagamento das dívidas contraídas para potencializar a produção, todos estes aspectos têm favorecido a acomodação e inércia do trabalho camponês. Na maioria das vezes os camponeses assentados não conseguem forjar a autonomia desejada, tampouco alcançar a qualidade de vida no campo, ficando a mercê das políticas populistas governamentais e controladas pelos dirigentes dos Movimentos Sociais.

Estas ações sinalizam, quando vistas de modo integradas, um projeto de educação e formação técnica e profissional do campo, além de acompanhamento de uma política para o crédito produtivo orientado que envolva, simultaneamente, o processo de plantio, produção e comercialização. Estas ações podem se bem articuladas, permitir as famílias camponesas vislumbrarem perspectivas de permanência no campo, com dignidade e liberdade, para além do mundo da necessidade. Para os cidadãos gregos e para Marx (1984): “o ser humano só poderá contemplar o mundo da liberdade, da verdadeira humanidade, quando superar o mundo da necessidade”.

2.4. OBTENÇÃO DE TERRAS

Existe uma série de falsas impressões acerca deste tema, notadamente com relação à atuação das organizações que mobilizam e articulam os trabalhadores rurais em sua luta pela terra, as chamadas “agências de mediação” (MARTINS, 2000). Com relação à mais dinâmica delas, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST), é comum uma superestimação de sua incidência eficaz no âmbito dos assentamentos, sobretudo em função da sua importante contribuição no encaminhamento político da luta pela terra redundando, mais cedo ou mais tarde, na conquista de assentamentos. Se essa chamada “pedagogia da luta” (FERNANDES, 1996) já está sob o crivo de uma análise crítica (NAVARRO, 2002; TURATTI, 2005), esta não se estende da mesma forma para as experiências organizativas no interior dos assentamentos.

De certa maneira, os programas de acesso a terra no Brasil foram arquitetados como organismos para diminuir os conflitos e principalmente combater a pobreza rural, no entanto, as ações agrárias não eram observadas como parte do programa econômico, muito menos como uma questão política. Essa visão existente no país despertou o interesse do Banco

Mundial, que pretendia injetar recurso e financiar programas de combate à pobreza, desta forma, o banco estaria cumprindo sua função social (PEREIRA, 2006).

Hoffmann (2007) em seus estudos demonstrou estatisticamente que uma elevada concentração de posse de terra em poder de poucos, acaba se tornando um dos condicionantes básicos da desigualdade, como também, da distribuição de renda no país.

São varias as razões para tentar o acesso a terra, em primeiro lugar, a pressão social é muito grande e tão forte que acaba muitas vezes sendo os lotes distribuídos com áreas inferiores ao módulo rural, insuficientes para assegurar a sobrevivência de uma família. Na maioria das vezes as terras são redistribuídas e os lotes muitas vezes são compostos por pastagens degradadas. (SABOURIN, 2008).

Entende-se por Módulo Rural o dimensionamento físico de uma área que está diretamente ligada a área da propriedade familiar. Trata-se de uma unidade de medida expressa em hectares, onde deverão ser considerados vários fatores paralelos inclusive à renda obtida com a exploração da terra naquela região. No sentido de se evitar o minifúndio, o módulo rural é um padrão que objetiva conceder uma estabilidade econômica e bem estar do agricultor visando ao progresso econômico. (FREIRE, 2011).

2.5. IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

Na Paraíba, devido ao movimento de luta dos camponeses, esse quadro tem uma análise diferente. Segundo estudos realizados por Bamat e Neto (1999), nos últimos anos o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado em um ritmo acelerado, contribuindo para a transformação da paisagem de algumas regiões onde predominava a monocultura canavieira bem como a pecuária extensiva. Estas atividades vêm cedendo o lugar para as agriculturas camponesas, produzindo conseqüentemente transformações políticas, econômicas, culturais e sociais nessas regiões, o que historicamente é muito importante, pois dignifica o trabalhador rural e mostra a possibilidade real da conquista da terra através da luta organizada, construindo assim, novas territorialidades.

Existe na Paraíba um total de 234 projetos de assentamentos, sendo que, deste total, 205 projetos foram implementados pelo governo federal, através do INCRA, e apenas 26 assentamentos tiveram como agente interventor o governo estadual na figura do Instituto de terras e planejamento da Paraíba (INTERPA) e ainda 3 projetos foram implementados através do convênio entre as duas instituições, (INCRA, 2006).

No entanto, mesmo com toda essa nova dinâmica territorial no campo, podemos constatar que existem grandes desafios no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida das famílias rurais envolvidas que demandam programas de Reforma Agrária. Assim, as dificuldades não acabam apenas com a distribuição de terras, pois, a implantação dos projetos de assentamentos sem os devidos planos de desenvolvimento locais é um entrave para o real desenvolvimento dessas novas territorialidades no rural paraibano.

A criação dos assentamentos é regra geral, um resultado direto da luta pela terra organizada pelos trabalhadores. Se analisarmos os dados sobre o número de áreas em conflito e a criação de assentamentos teremos “a compreensão de que a reforma agrária só acontece com a organização dos movimentos camponeses, por meio das ocupações de terras. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há reforma agrária” (FERNANDES, 2008).

Segundo dados fornecidos pelo INCRA (2006) no período de 1986 a 2007 foram criados na Paraíba 247 Projetos de Assentamento. Como não poderia deixar de ser, as Mesorregiões que apresentam maior número de criação de Assentamentos é justamente aquelas que registram maior número de conflitos por terra, o que vem confirmar a afirmação de que os assentamentos rurais são produtos da luta e organização dos trabalhadores, e não uma iniciativa do governo em democratizar a terra.

2.6. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ideia principal que fundamenta a colocação da agricultura familiar como protagonista principal dos novos modelos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade diz respeito à distribuição de renda, à desconcentração da riqueza produzida, e busca a direção de uma sociedade plenamente cidadã e democrática (BRASIL/ PRONAF, 2002).

Pela extensão, pela localização e pela expectativa dos atores sociais envolvidos, o sucesso (ou o fracasso) desse empreendimento representa muito para o futuro das mudanças sociais que se espera para esse estado.

Esta situação é resultado de um fato aparentemente simples: o trabalho camponês que se realiza nos assentamentos não tem acesso as tecnologias agrícolas mais desenvolvidas, ou, seja, não está associado às forças produtivas mais amplas da agricultura familiar. Somado a isso a Assistência Técnica é precária ou inexistente, por conseguinte o resultado é a baixa produtividade do trabalho camponês realizado nos assentamentos. Outro argumento que também associa a baixa produtividade campesina à baixa escolaridade.

A ausência de uma escala compatível com a demanda dos bairros populares, a ausência de um sistema moderno de gestão de produção e comercialização dos produtos agrícolas, gerados pelos Assentamentos da Reforma Agrária, impede que estes produtos façam parte das prateleiras dos consumidores paraibanos.

Há de se pensar também na logística dos empreendimentos agroecológicos: na embalagem, classificação eletrônica, higienização e apresentação dos produtos, sempre pensados em função das feiras livres, onde o preço é deveras rebaixado em relação aos grandes mercados paraibanos.

Por esta causa verificamos até agora é que a comercialização dos produtos da Reforma Agrária tem um papel quase marginal na composição da alimentação da família paraibana. Ainda não conseguiram propiciar qualquer possibilidade de superar o ciclo da pobreza da esmagadora maioria dos assentados.

O atendimento à demanda de consumo dos bairros populares paraibanos necessita de um arranjo institucional que coordene a comercialização, higienização, embalagem com tarja eletrônica, classificador e certificação de qualidade dos produtos, tanto dos Assentamentos da Reforma Agrária como dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Um arranjo que substitua os atravessadores e garanta melhores preços aos produtos da agricultura familiar.

Na última década, marcadamente impulsionada pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma considerável valorização da agricultura familiar no Brasil, como principal política governamental de apoio e fortalecimento a agricultura familiar, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A sua ampliação em crédito e diferentes linhas, fizeram com que 75% da produção de alimentos consumidos no Brasil pertencessem a esse seguimento agrícola. Dessa forma o discurso em torno da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro foi impulsionado pelo debate sobre a sustentabilidade, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (MDA, 2009).

Recentes estudos têm demonstrado a importância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário brasileiro, mesmo que, ao longo dos anos, este segmento da sociedade não tenha tido a valorização merecida no que tange as políticas públicas e na atuação do Estado Nacional, isso quando comparamos com outros segmentos da sociedade, a exemplo da agricultura patronal (AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

2.7. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O meio ambiente tem sofrido impactos negativos decorrentes de ações humanas, e com eles surgem às questões das formas atuais de gestão das relações homem-natureza, o que estabelece debate social em torno dos conflitos ambientais, cuja origem está ligada a um complexo conjunto de fatores que configuram opções por estilos de desenvolvimento socioeconômico historicamente dado (SACHS, 1986).

Desta forma, pode-se considerar que esta crise contemporânea sobre o meio ambiente é a síntese do modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos, cuja característica foi uma forma de desenvolvimento quase que exclusivamente fundada na exploração desenfreada dos recursos naturais, privilegiando o crescimento econômico ilimitado, fato esse que tem provocado o desequilíbrio ambiental. Essa preposição pode ser respaldada no pensamento de em Leff (2001), que afirma que a racionalidade econômica baniu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, da crise de esgotamento do entendimento de desenvolvimento enquadrada nas lógicas da racionalidade econômica (AGENDA 21, 1997).

A constatação de que o desenvolvimento baseado em parâmetros apenas econômicos não é suficiente para produzir justiça social e garantir a qualidade de vida das gerações futuras levou a busca de uma nova racionalidade econômica, em que a sustentabilidade seja o novo elemento reorganizador (Rampazzo, 2002), por isso nas últimas décadas, a preocupação com a conservação do meio ambiente tem aumentado, havendo maior conscientização da sociedade de que a qualidade ambiental é à base de preservação de vida das futuras gerações. Nas palavras de Melo e Azevedo (1997), o meio ambiente deixa de ser um bem de consumo e se transforma em patrimônio de humanidade. E, dentro deste contexto surge o objetivo do desenvolvimento sustentável.

Em meados dos anos 80, com a crescente preocupação com o ambiente e com a qualidade de vida levou ao surgimento de um novo “paradigma” das sociedades modernas: a sustentabilidade. O termo sustentável remete-nos a ideia daquilo que se pode sustentar, conservar, manter, equilibrar. Carmo (1998) entende o sustentável como um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais.

Os conceitos de sustentabilidade produzidos preconizam o rendimento contínuo e a prevenção da degradação ambiental, ou seja, buscam harmonizar o desenvolvimento

econômico com a exploração das fontes naturais de recursos. Na definição de Altieri (2002), sustentabilidade é a capacidade para manter um nível de produtividade através do tempo, sem comprometer os componentes estruturais e funcionais dos agroecossistemas.

Portanto, conforme enfatizou Pereira (2000), pode-se conceituar sustentabilidade a partir da acepção de desenvolvimento sustentável e, neste sentido, a definição clássica de desenvolvimento sustentável surgiu com o documento conhecido no Brasil com o título *Nosso Futuro Comum*, produzido em 1987 como preparação à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD). Ele teve como meta principal analisar a questão ambiental em sua interface com o desenvolvimento e preconizar desenvolvimento sustentável alicerçado em três eixos – econômico, social e ambiental, todos inter-relacionados.

Tomando como base a definição do que vem a ser sustentabilidade, consideramos que um assentamento é sustentável, quando as famílias, através da organização do acesso à políticas de infra estrutura básica e agrícolas, conseguem dispor dos meios de produção e de transformação social de maneira a lhes proporcionar a implementação de um sistema produtivo viável, bem como o acesso a benefícios sociais que promovam a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a cidadania.

2.8. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Conforme registra o documento final da Agenda 21 nos capítulos que tratam da relação entre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável e informações para tomada de decisões (capítulos 8 e 40), surge a ideia de desenvolver ferramentas que possam mensurar a sustentabilidade surgindo assim os indicadores de sustentabilidade, centrados no pressuposto de que indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Um indicador representa um instrumento para sintetizar e transmitir informações de maneira significativa dentro do processo de tomada de decisão (CENDRERO, 1997). Para que os indicadores sejam realmente aplicados têm de ser claros, simples, e universais de modo que possam informar ao público e influenciar na tomada de decisões. Os indicadores simplificam a informação quantificando-a e ajudam a comunicá-la de maneira que seja mais facilmente compreensível. Verifica-se que um indicador não apenas se alimenta de

informações, mas também as produz, sendo uma consideração importante no processo de interpretação da realidade.

A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais e ambientais), e todos devem ser contemplados. Dessa forma, ao se avaliar a sustentabilidade se deve usar sempre um conjunto de indicadores (BOUNI, 1996).

2.9. CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma Ciência Social que busca evidenciar a composição do patrimônio e suas mutações. De acordo com Basso (2011), a contabilidade é um conjunto de conhecimentos, leis, princípios e métodos, sendo a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades, tanto no aspecto qualitativo com o no quantitativo.

Franco (1997) afirma que a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessária a tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

2.10. CONTABILIDADE GERENCIAL

Segundo Crepaldi (2008) a Contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

Padoveze (2010) descreve que o objetivo da Contabilidade Gerencial é enfocar todos os temas escolhidos dessas disciplinas no processo de administração, no processo integrado de tomada de decisões. Assim, a contabilidade gerencial tem o objetivo de fornecer aos gestores os instrumentos e informações necessárias para o gerenciamento de uma empresa, subsidiando a tomada de decisão.

2.11. CONTABILIDADE DE CUSTOS

De acordo com Martins (2008), a Contabilidade de Custos surgiu na época da Revolução Industrial, quando as empresas começaram a comprar matéria-prima para produzir novos produtos e, conseqüentemente sentiram a necessidade de avaliar os estoques para apuração do resultado de cada período. Assim, a preocupação primeira foi a de fazer da Contabilidade de Custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado e não a de fazer dela um instrumento de administração.

Com o desenvolvimento das empresas, a Contabilidade de Custos passou a ter como principal objetivo a missão de auxiliar o gerenciamento de uma entidade.

Berti (2010) ressalta que “A finalidade ou objetivo principal da Contabilidade de Custos é sem dúvida a de fornecer informações aos gestores no auxílio à tomada de decisão”.

Além da finalidade principal, Berti (2010) relaciona outras finalidades da Contabilidade de Custos: fornecer informações para determinar a rentabilidade e desempenho das diversas atividades da entidade; auxiliar a gerência a planejar, controlar e administrar o desenvolvimento das operações; fornecer informações para a tomada de decisão no que tange ao planejamento e controle das operações, nível mínimo de vendas desejado, custo e ganho marginal por produto, eficiência do trabalho humano e dos materiais aplicados e maximização de lucros.

3. METODOLOGIA

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O presente trabalho foi realizado em três assentamentos rurais localizados no sertão paraibano sendo eles o Assentamento Acauã, o Assentamento Angélicas e o Assentamento Serra azul, todos pertencentes ao município de Aparecida-PB. A escolha das comunidades baseou-se em dois critérios, quais sejam: localização geográfica e atuação de políticas públicas. As comunidades citadas apresentam fácil acesso, por se localizarem próximos as sedes dos seus respectivos municípios, como também, evidenciam o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente pelo fato dos assentamentos estudados terem sido implementados pelo INCRA e CRÉDITO FUNDIÁRIO.

O serviço contábil desses assentamentos é externo, tendo um determinado escritório de contabilidade dispo de informações contábeis.

3.2. DESCRIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

3.2.1. ASSENTAMENTO ACAUÃ

Localizada às margens do rio Piranhas, a Fazenda Acauã teve seu processo de ocupação iniciado em 1995, quando através do Diário Oficial e dados publicados pelo INCRA-PB, alguns agricultores do Sertão Paraibano tiveram conhecimento de que a fazenda fora considerada como improdutivo. Nesta ocasião, agricultores de vários Municípios como Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Triunfo, Sousa, Pombal, Jericó e Catolé do Rocha solicitaram apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para ocupar as terras da Fazenda Acauã (LIMA, 2006).

Em 14 de outubro de 1996, a emissão de posse foi concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para ocupar 2.825 hectares de terra da fazenda Acauã, tornando-se o primeiro assentamento do alto Sertão da Paraíba, formado sobre terras privadas. A divisão da terra realizada pelo INCRA-PB no ano de 1999, deu origem ao Assentamento Acauã em agrovila, com 18 hectares de terra para cada uma das 114 famílias. A Agrovila é uma forma de habitação social próxima à cidade, intermediária entre a moradia rural e a urbana que possibilita o egresso do meio rural (provindo do êxodo rural) a manter atividade agrícola em pequena escala e prestar serviços na cidade. Os lotes foram distribuídos

através de sorteio e recebeu a seguinte divisão: 15 hectares para sequeiros (terras altas), 2 hectares destinados à criação de caprinos e 1 hectare de terra para prática da agricultura nas terras baixas (baixios), onde são cultivados milho, feijão, algodão, entre outras culturas (LIMA, 2006).

No Assentamento Acauã, os incentivos vieram através do Programa de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) programas desenvolvidos pelo Governo Federal, que forneceu créditos de custeio para desenvolver a agricultura familiar.

3.2.2. ASSENTAMENTO ANGÉLICAS

O Assentamento Angélicas surgiu com a desapropriação da Fazenda Angélicas, que era espólio de Dalton Roberto Benevides Gadelha. O processo de desapropriação aconteceu a partir do ano de 2005 onde os movimentos sociais representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida e da Comissão Pastoral da Terra – CPT – conjuntamente com os moradores desse espólio que já viviam exercendo atividades como meeiros, moradores e diaristas, solicitaram junto ao INCRA que fosse feita a vistoria da área, já que a propriedade preenchia os requisitos para o Programa de Reforma Agrária e não exercia a finalidade produtiva. De acordo com as informações dos próprios assentados o processo de desapropriação do imóvel aconteceu de forma pacífica.

A origem dos assentados que integram o projeto de Assentamento em sua maioria é de trabalhadores diaristas do imóvel vistoriado acima mencionado que já exerciam atividades nessa área e mantinham relação direta com a terra. De acordo com informações dos próprios assentados nesse imóvel existiam trinta e duas (32) famílias de trabalhadores rurais e apenas duas (02) famílias que ficaram em barracões vindo do município de Sousa – Várzea de Sousa, todos trabalhando na condição de diaristas e meeiros sem o direito de criar e de melhorar a casa.

Quanto à situação econômica dos assentados, não há registros sobre isso, existem apenas informações dos próprios assentados que contam sua história como meeiros quando não podiam desenvolver agricultura na área.

Atualmente os assentados já se organizam para melhorar suas vidas no acesso ao trabalho e renda e esperam pelo Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) para terem acessos aos créditos do PRONAF – A.

A Situação sócio-econômica dos assentados vêm melhorando em detrimento do apoio do governo federal com os programas sociais como: bolsa família e de reforma agrária e etc., e a partir disso eles buscam entre si as alternativas para reverter à situação anterior ao Assentamento.

3.2.3. ASSENTAMENTO SERRA AZUL

Localizado às margens do rio Piranhas, a Fazenda Serra Azul teve seu processo de ocupação iniciado em 2001, antiga Fazenda Formigueiro, ocupando uma área de 520 hectares.

No Assentamento Serra Azul os incentivos vieram através do Programa de Crédito Fundiário, programa desenvolvido pelo Governo Federal, que forneceu créditos de custeio para desenvolver a agricultura familiar.

E, de acordo com informações dos próprios assentados nessa comunidade existem nela quinze (15) famílias de trabalhadores rurais.

A Agrovila é uma forma de habitação social provinda do êxodo rural, onde mantem atividade agrícola em pequena escala para sequeiros, onde são cultivados milho, feijão, entre outras culturas e criação de caprinos e bovinos.

3.3. COLETA DE DADOS

Os dados da presente pesquisa foram obtidos mediante aplicação de questionários e entrevistas semiestruturados, aplicados diretamente aos produtores e lideranças dos três assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul. Esses questionários tiveram por base a metodologia utilizada por Sousa (2003), Martins (2005) e Sousa (2013).

Os questionários foram organizados objetivando analisar os aspectos socioeconômicos, ambientais e contábeis das atividades nos assentamentos. Estes foram constituídos de perguntas objetivas e subjetivas sobre os assuntos já citados.

O local de aplicação dos questionários aos produtores rurais foram suas próprias residências, totalizando 45 entrevistados.

3.4. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

3.4.1. ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)

Para verificar se os assentamentos de reforma agrária têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, foi feita uma avaliação a partir de índices resultantes da agregação de indicadores como: educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e posse de bens duráveis.

A metodologia utilizada na composição deste índice baseia-se em metodologia citada por Martins (2005). O índice de qualidade de vida dos produtores foi matematicamente definido como:

$$IQV = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij} \right) \cdot \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i} \right)^{-1} \quad (1)$$

Onde:

{ IQV : Índice de Qualidade de Vida;
 E_{ij} : Escore do i - ésimo indicador, alcançado pelo j - ésimo produtor;
 P_{ij} : Peso do i - ésimo indicador, alcançado pelo j - ésimo produtor;
 i : 1, ..., m (indicadores);
 j : 1, ..., n (produtores);
 P_{max_i} : Peso máximo do i - ésimo indicador;
 E_{max_i} : Escore máximo do i - ésimo indicador,
 C_i : Contribuição do indicador (i) no IQV dos produtores.

A contribuição de cada um dos indicadores para a formação do Índice de Qualidade de Vida dos apicultores foi obtido da seguinte forma:

$$C_i = \left(\sum_{j=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij} \right) \cdot \left[n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i} \right) \right]^{-1} \quad (2)$$

A comparação entre os valores indicativos componentes do IQV dos produtores pesquisados foi realizada mediante avaliação dos seguintes indicadores:

3.4.1.1. EDUCAÇÃO

O indicador educação foi calculado de acordo com a ausência ou presença de escolas na comunidade, numa escala de 0 a 3, onde:

a) Ausência de escola pública ou comunitária.....	0
b) Existência de escola de alfabetização.....	1
c) Existência de escola de nível fundamental 1.....	2
d) Existência de escola de nível fundamental 2.....	3

3.4.1.2. SAÚDE

Este indicador foi calculado, considerando-se a disponibilidade de serviços de saúde à comunidade, onde:

a) Ausência de atendimento médico e ambulatorial.....	0
b) Existência de atendimento de primeiros socorros.....	1
c) Existência de atendimento por agente de saúde.....	2
d) Existência de atendimento médico.....	3

3.4.1.3. HABITAÇÃO

Para a determinação do indicador habitação foram considerados os aspectos de moradia do produtor no que se refere ao seu tipo de moradia e fonte de energia, da seguinte forma:

I- Tipo de construção da residência:

a) Casa de taipa, coberta de palha ou telhas.....	0
b) Casa de tijolos, sem reboco e piso.....	1
c) Casa de tijolos, com reboco e piso.....	2

II- Tipo de iluminação:

a) Lampião a querosene ou lamparina e/ou velas.....	0
b) Energia elétrica.....	1

O escore equivalente à variável acima descrita foi obtido mediante somatório das pontuações dos subitens I e II.

3.4.1.4. ASPECTOS SANITÁRIOS

Para a composição deste indicador considerou-se o tipo de tratamento dado à água para consumo, o destino dado aos dejetos humanos e o destino dado ao lixo domiciliar; O escore para a avaliação do referido indicador foi obtido pelo somatório dos subitens I, II e III.

I- Tipo de tratamento dado à água para consumo humano:

- | | |
|---|---|
| a) Nenhum tratamento..... | 0 |
| b) Fervida, filtrada ou tratada com hipoclorito de sódio..... | 1 |

II- Destino dado aos dejetos humanos:

- | | |
|--|---|
| a) Jogados a céu aberto ou enterrados..... | 0 |
| b) Dirigidos à fossa ou esgoto..... | 1 |

III- Destino dado ao lixo domiciliar:

- | | |
|-------------------------------------|---|
| a) Lançado ao solo ou queimado..... | 0 |
| b) Enterrado..... | 1 |

3.4.1.5. LAZER

Para a composição desse indicador foi considerada a infraestrutura de lazer disponível para o produtor e sua família, considerando-se os seguintes escores:

- | | |
|---|---|
| a) Ausência de estrutura de lazer..... | 0 |
| b) Existência de campo de futebol ou ginásio de esporte..... | 1 |
| c) Existência de campo de futebol ou ginásio de esporte e salão de festas..... | 2 |
| d) Existência de campo de futebol ou ginásio de esporte, salão de festas e praça pública..... | 3 |

3.4.1.6. BENS DURÁVEIS

A posse de bens de consumo duráveis foi dividida em três grupos, considerando-se seu valor econômico, os quais foram:

Grupo 1: rádio, ferro de engomar, liquidificador, bicicleta;

Grupo 2: máquina de costura, equipamento de som, televisor preto e branco, fogão à gás;

Grupo 3: televisor colorido, geladeira, antena parabólica, motocicleta, carro.

A estes grupos foram atribuídos os seguintes escores:

- a) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e nenhum dos bens dos outros grupos..... 1
 b) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2 e nenhum dos bens do grupo 3..... 2
 c) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3..... 3

3.4.2. ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL (ICS)

A metodologia utilizada na composição deste índice, assim como no índice de qualidade de vida, baseia-se em metodologia citada por Martins (2005). Na composição deste, considerou-se a participação dos produtores em associações e sindicatos. Atribuindo-lhes valores 0 (zero) para não participação e 1 para participação.

Dessa forma, o Índice de Capital Social da população foi definido como:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} \right) \cdot \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right)^{-1} \quad (3)$$

Onde:

ICS : Índice de Capital Social;
 E_{ij} : Escore do i - ésimo indicador, alcançado pelo j - ésimo produtor;
 i : 1, ..., m (indicadores);
 j : 1, ..., n (produtores);
 P_{max_i} : Peso máximo do i - ésimo indicador;
 E_{max_i} : Escore máximo do i - ésimo indicador;
 C_i : Contribuição do indicador (i) no ICS do assentamento.

A contribuição de cada indicador na formação do índice de capital social foi calculada da seguinte forma:

$$C_i = \left(\sum_{j=1}^n E_{ij} \right) \cdot \left[n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right) \right]^{-1} \quad (4)$$

Quanto à operacionalização dos indicadores para efeito de composição do índice de capital social, utilizaram-se índices relativos à participação do produtor na associação apícola e o fato de o mesmo ser ou não sindicalizado, atribuindo-lhes os seguintes escores:

1) Você participa ativamente das atividades na associação à qual é filiado?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1
2) Nas reuniões, você costuma apresentar sugestões?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1
3) As sugestões apresentadas, são apreciadas e aprovadas nas reuniões?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1
4) Todas as decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões?	
a) Não	0
b) Sim.....	1
5) As decisões tomadas nas reuniões, são efetivamente executadas pela diretoria?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1
6) Os investimentos que a associação realiza, são submetidos e aprovados nas reuniões?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1
7) É filiado a sindicato rural?	
a) Não.....	0
b) Sim.....	1

O ICS de uma comunidade pode assumir valores compreendidos de zero a um. Assim, classificaram-se as comunidades assentadas nos seguintes níveis de sustentabilidade:

- elevado: se $0,80 < \text{ICS} < 1,00$;
- médio: se $0,50 < \text{ICS} < 0,80$;
- baixo: se $0 < \text{ICS} < 0,50$.

3.4.3. ÍNDICE AMBIENTAL (IA)

Seguindo a metodologia proposta por Sousa (2003); Martins (2005), foram estabelecidos indicadores para a composição do índice ambiental com base em atividades

desenvolvidas pelos produtores e que são representativos para a avaliação ambiental e, a estes foram atribuídos valores de 0 a 2.

Sendo assim, o Índice ambiental foi calculado da seguinte forma:

$$IA = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m E_{ij} \right) \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right)^{-1} \quad (5)$$

Sendo a contribuição de cada um de seus indicadores calculada da seguinte forma:

$$C_i = \left(\sum_{i=1}^n E_{ij} \right) \left[n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \right) \right]^{-1} \quad (6)$$

Onde:

$$\left\{ \begin{array}{l} IA : \text{Índice Ambiental;} \\ E_{ij} : \text{Escore do } i - \text{ésimo indicador, alcançado pelo } j - \text{ésimo produtor;} \\ i : 1, \dots, m \text{ (indicadores);} \\ j : 1, \dots, n \text{ (produtores);} \\ C_i : \text{Contribuição do indicador (i) no IA do assentamento.} \end{array} \right.$$

A operacionalização das variáveis para efeito de comparação do índice ambiental foi realizada através do somatório dos escores individuais dos seguintes indicadores:

- 1) Utiliza métodos de conservação do solo?
 - a) Nenhum método..... 0
 - b) Práticas mecânicas..... 1
 - c) Práticas biológicas..... 2
- 2) Utiliza método de controle fitossanitário na unidade produtiva?
 - a) Agrotóxico..... 0
 - b) Nenhum método..... 1
 - c) Biológico..... 2
- 3) Utiliza fogo em atividades agropecuárias?
 - a) Não..... 0
 - b) Sim..... 1
- 4) Existe área de reserva nativa no assentamento?
 - a) Não..... 0
 - b) Sim..... 1

5) Realiza práticas de plantio para evitar a degradação do solo?

- a) Não..... 0
 b) Sim..... 1

O IA pode assumir valores compreendidos de zero a um. Para proceder à comparação dos níveis de preservação ambiental adotados pelos assentados, foram definidos três índices (baixo, médio e elevado) formados por intervalo dos valores de IA. Os índices a que correspondem os maiores valores são considerados melhores ou expressam maiores níveis de preservação ambiental.

Assim, classificaram-se as comunidades assentadas nos seguintes níveis de sustentabilidade:

- elevado: se $0,80 < IA < 1,00$;
- médio: se $0,50 < IA < 0,80$;
- baixo: se $0 < IA < 0,50$.

3.4.4. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (IS)

A metodologia utilizada para mensurar o índice de sustentabilidade dos produtores incorporou as dimensões social, econômica e ambiental, através dos seguintes índices:

- a) Índice Social, representado pelo grau de interação dos produtores com suas associações;
- b) Índice Econômico, expresso pelo índice de qualidade de vida dos produtores, abrangendo os indicadores de educação, saúde, habitação, aspectos sanitários, lazer e bens de consumo duráveis;
- c) Índice Ambiental, compreendendo os aspectos relativos à adoção de práticas conservacionistas do solo, controle fitossanitário e preservação de área de reserva ambiental.

Assim, o Índice de Sustentabilidade foi definido como:

$$IS = \frac{1}{k} \sum_{h=1}^k I_h \quad (7)$$

Onde:

$$\left\{ \begin{array}{l} IS : \text{Índice de Sustentabilidade;} \\ I : \text{Escore do } h - \text{ésimo índice;} \\ h : 1, \dots, k \text{ (índices).} \end{array} \right.$$

O IS de um assentamento pode assumir valores entre zero e um. Quanto maior for o valor do IS tanto melhor será o grau de sustentabilidade da comunidade assentada.

Assim, classificaram-se as comunidades assentadas nos seguintes níveis de sustentabilidade:

- elevado: se $0,80 < IS < 1,00$;
- médio: se $0,50 < IS < 0,80$;
- baixo: se $0 < IS < 0,50$.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)

De acordo com dados da Tabela 1, observa-se que o Índice de Qualidade de vida (IQV) calculado atingiu o valor de 0,8667, 0,7778 e 0,7222 para os assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul, respectivamente. Estes valores remetem à avaliação dos assentamentos, e o assentamento Acauã possui alto nível de IQV e os assentamentos Angélicas e Serra Azul possuem nível médio. Acrescenta-se ainda, que o IQV total dos três assentamentos, apresentou um índice de 0,7889, destacando-se os indicadores Habitação e Bens Duráveis, pois a existência de moradias com reboco e piso, acesso à energia elétrica proporcionaram maior satisfação aos assentados. Resultados semelhantes aos desta pesquisa foram obtidos por Ferreira (2014) ao avaliar o assentamento Jacu-Pombal-PB, enquanto que Alves e Bastos (2010) apresentaram resultados inferiores que foram de 0,1131 e 0,0853 estudando os assentamentos rurais no município de Silvania-GO.

Tabela 1. Indicadores na composição do Índice de Qualidade de vida (IQV) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Indicador	Acauã		Angélicas		Serra Azul		Amostra Total	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Educação	0,1667	19,00	0,1111	14,00	0,1111	15,00	0,1296	16,00
Saúde	0,1444	17,00	0,1111	14,00	0,1111	15,00	0,1222	15,00
Habitação	0,1667	19,00	0,1667	21,00	0,1667	23,00	0,1667	21,00
A. Sanitários	0,1111	13,00	0,1667	21,00	0,1111	15,00	0,1296	16,00
Laser	0,1111	13,00	0,0556	7,00	0,0556	8,00	0,0741	9,00
B. Duráveis	0,1667	19,00	0,1667	21,00	0,1667	23,00	0,1667	21,00
IQV	0,8667	100,00	0,7778	100,00	0,7222	100,00	0,7889	100,00

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo.

Para Borges (2015), avaliando cinco associações de apicultores no sertão da Paraíba estes resultados são inferiores e superiores, respectivamente para os indicadores Habitação e Bens Duráveis que foram de 0,1189 e 0,2433. Assim, como Sousa (2013) estudando assentamentos rurais no semiárido Paraibano, obteve resultado inferior de 0,1111 para Habitação e resultado igual de 0,1667 para Bens Duráveis.

Em segundo lugar, aparecem os indicadores Educação e Aspectos sanitários, que apresentam amostra absoluta de 0,1296, correspondente a 16% de participação. Todas as

famílias de ambos os assentamentos são atendidas por escolas de ensino fundamental, sendo que para os casos do ensino médio, buscam-se escolas de municípios vizinhos e em algumas situações de ensino superior a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Quanto aos aspectos sanitários, obtêm-se tratamento da água para consumo, sendo fervida, ou filtrada e com hipoclorito de sódio, assim como possuem destino adequado dado aos dejetos humanos e quanto ao lixo domiciliar, é queimado, enterrado e outros são destinados à coleta pública.

Em terceiro lugar aparece o indicador “saúde” com amostra absoluta de 0,1222, correspondente a 15% de participação, demonstrando a importante complementaridade que os assentados julgam existir quanto ao atendimento à saúde, já que grande parte das famílias recebe atendimento por agente de saúde e médico.

Em último lugar, aparece o indicador de “lazer”, que apresenta índice de 0,0741, agregando 9% na composição da amostra total, o que revela dificuldades de incentivos e integração dos assentados nas atividades relacionadas aos momentos de descansos e diferente dos demais indicadores que têm suporte de programas governamentais de assistência, como saúde e educação. As estruturas de lazer, entretanto somente são contempladas por meio de associação, ONGs, igrejas e prefeituras.

4.2. ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL (ICS)

O Índice de Capital Social (ICS), apresentado na Tabela 2, demonstra alto nível de acumulação de capital social no assentamento Acauã, atingindo o valor absoluto 0,8857, seguido do assentamento Serra Azul com 0,8286 e assentamento Angélicas com 0,8000, levando o conjunto obter médio nível de acumulação de capital social com o ICS chegando a 0,7952.

Observou-se que no assentamento Acauã dentre os sete indicadores utilizados na composição do ICS, com maior contribuição de natureza coletiva foi “as decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões” com 0,1429, em segundo lugar aparece “nas reuniões costuma apresentar sugestões” e “é filiado ao sindicato rural”, ambos com 0,1143.

Para o assentamento Angélicas a amostra total foi de 0,8000, enquanto que os valores absolutos foram de 0,1429 e 0,0857, respectivamente aos indicadores “participa ativamente

das atividades da associação” e “as decisões tomadas nas reuniões são executadas pela diretoria”.

Já para o assentamento Serra Azul a amostra total foi de 0,8286, apresentando os mesmos valores absolutos, diferenciando apenas os indicadores que foram “os investimentos da associação são submetidos e aprovados nas reuniões”.

Estes resultados foram inferiores aos de Ferreira (2014) no Assentamento Jacu em Pombal PB que atingiu 0,9943, assim como Sousa (2013) estudando assentamentos rurais no semiárido Paraibano resultando em 0,8190, ficando na media com os resultados de Borges (2015) que foi de 0,7612, O resultado obtido por Alves e Bastos (2010) foi muito baixo em relação ao desta pesquisa que foi de 0,5859.

Com estes resultados demonstra-se a existência de sintonia e consciência sobre o que é decidido e aprovado de forma conjunta na associação dos assentados.

Cabe ao menos ressaltar a necessidade de se estabelecer organizações mais adequadas, que busquem pelo processo democrático e acima de tudo participativo que leve em consideração todos os seguimentos de uma sociedade.

Esses dados evidenciam que a participação dos assentados nas reuniões e/ou palestras das associações devem ser expressiva, propiciando o fortalecimento das relações interpessoais, elemento indispensável na formação do capital social.

Tabela 2. Participação dos indicadores sociais na composição do Índice de Capital Social (ICS) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Indicador	Acauã		Angélicas		Serra Azul		Amostra Total	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Participa ativamente das atividades da associação?	0,1286	15,00	0,1429	18,00	0,1286	16,00	0,1429	18,00
Nas reuniões costuma apresentar sugestões?	0,1143	13,00	0,1143	14,00	0,0857	10,00	0,1429	18,00
As sugestões apresentadas são apreciadas e aprovadas nas reuniões?	0,1286	15,00	0,1000	13,00	0,1143	14,00	0,1429	18,00
As decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões?	0,1429	16,00	0,1143	14,00	0,1000	12,00	0,0000	0,00
As decisões da associação são apreciadas e aprovadas	0,1286	15,00	0,0857	11,00	0,1286	16,00	0,1143	14,00
Os investimentos da associação são submetidos e aprovados nas reuniões?	0,1286	15,00	0,1143	14,00	0,1429	17,00	0,1286	16,00
É filiado ao sindicato rural?	0,1143	13,00	0,1286	16,00	0,1238	16,00	0,1238	16,00
ICS	0,8857	100,00	0,8000	100,00	0,8286	100,00	0,8381	100,00

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo.

4.3. ÍNDICE AMBIENTAL (IA)

A composição dos cinco indicadores expressos na Tabela 3 mostra o resultado do cálculo do que atingiu o valor absoluto de 0,5143, 0,3143 e 0,3714 nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul. Na escala de valores o Índice Ambiental pode assumir, de zero a um, o valor de 0,4000 observado no Índice Ambiental geral dos assentamentos, o que denota a fragilidade dos produtores na adoção de medidas preventivas de conservação do ecossistema e que pode comprometer a permanência e a sobrevivência futura desses produtores nessas áreas.

Tabela 3. Participação dos indicadores individuais na composição do Índice Ambiental (IA) nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Indicador	Acauã		Angélicas		Serra Azul		Amostra Total	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
É feito conservação do solo	0,1000	19,00	0,0143	5,00	0,0857	23,00	0,0667	17,00
Utilização de método de controle fitossanitário	0,1286	25,00	0,1286	41,00	0,0143	4,00	0,0143	23,00
Uso de queimadas em atividades agropecuárias	0,1000	19,00	0,0286	9,00	0,1286	35,00	0,1286	21,00
Existe área de reserva nativa no assentamento	0,1429	28,00	0,1429	45,00	0,1429	38,00	0,1429	36,00
Existência de prática de plantio para evitar a degradação do solo	0,0429	8,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00	0,0143	4,00
IA	0,5143	100,00	0,3143	100,00	0,3714	100,00	0,4000	100,00

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo.

Observa-se que o nível de sustentabilidade ambiental, em cada assentamento, apresenta características que refletem os respectivos comportamentos dos assentados que agem diferentemente em relação a cada indicador utilizado.

Destaca-se com maior participação a existência de área de reserva nativa, com 0,1429, ou 36% do total, e a existência de prática de plantio para evitar a degradação do solo com menor contribuição, de 0,0143, correspondente a 4% do IA geral. Nos assentamentos estudados a área de reserva é superior ao estabelecido para o Estado, o que mostra um elevado nível de conscientização ecológica entre os assentados.

De acordo com dados de Ferreira (2014) em trabalho realizado no assentamento Jacu em Pombal-PB, encontraram-se valores superiores de 0,5720 aos desta pesquisa, enquanto que Sousa et al (2005) pesquisando em assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, obteve resultados inferiores de 0,3850.

4.4. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (IS)

Na formação do Índice de Sustentabilidade, os dados constantes da Tabela 4 para o Índice Social apresentou a maior contribuição, com 0,2794, enquanto o Índice Ambiental destacou-se como o de menor participação, com 0,1333 em valores absolutos.

Analisando a contribuição de cada índice na composição do Índice de Sustentabilidade, verificou-se uma tendência de desequilíbrio entre a contribuição individual do Índice de Capital Social 0,2794, cuja participação relativa foi de 41%, enquanto o Índice de qualidade de vida teve uma participação de 39%, e o Índice ambiental contribuiu com apenas 20%.

Observa-se que as dimensões de participações absolutas dos três índices que compõem o Índice de Sustentabilidade, atingiram os valores de 0,7556 no assentamento Acauã, 0,6307 no assentamento Angélicas e 0,6407 no assentamento Serra Azul, no total da amostra, caracterizando, pelos critérios utilizados, respectivamente, nível médio de sustentabilidade, pois quanto maior for o valor do IS tanto melhor será o grau de sustentabilidade da comunidade assentada.

Tabela 4. Participação dos indicadores sociais, econômicos e ambientais na composição do Índice de Sustentabilidade nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul e amostra total no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Indicador	Acauã		Angélicas		Serra Azul		Amostra Total	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
ICS	0,2952	39,00	0,2667	42,00	0,2762	43,00	0,2794	41,00
IQV	0,2889	38,00	0,2593	41,00	0,2407	38,00	0,2630	39,00
IA	0,1714	19,00	0,1048	17,00	0,1238	19,00	0,1333	20,00
IS	0,7556	100,00	0,6307	100,00	0,6407	100,00	0,6757	100,00

VA= Valor Absoluto; VR= Valor Relativo.

A questão ambiental fica em terceiro lugar, na composição do Índice de Sustentabilidade dos Assentamentos, pois todos apresentam nível baixo correspondendo a apenas 20% da Sustentabilidade. Desta forma a análise apontou várias dificuldades na composição da sustentabilidade em ambos os assentamentos, sobretudo no indicador para evitar a degradação do solo.

Dessa maneira, pode-se dizer que, primariamente, as condições naturais encontradas no ambiente, impõem limitações e riscos aos sistemas produtivos e são fatores com os quais o homem tem que lidar.

De acordo com os resultados obtidos por Borges (2013) apresentou nível elevado para o Índice de Sustentabilidade, que foi de 0,8472, enquanto que encontramos resultados equivalentes ao desta pesquisa, onde todos apresentaram níveis médios de IS, dentre eles Ferreira (2014) de 0,7998, Sousa (2013) de 0,6169, Maia, Khan e Sousa (2013) de 0,5853, Sousa et al (2005) de 0,5582.

Estes resultados reforçam a necessidade de mostrar a interatividade dos aspectos socioeconômicos das famílias assentadas em ambas as comunidades, implementar políticas de apoio, principalmente educacionais que desenvolvam a conscientização coletiva e enfatizem a importância da presença do associativismo e cooperativismo como instrumento de agregação dos assentados com efetivas participações, sugestões, discussões, soluções e acompanhamento das questões sociais que envolvem as famílias assentadas. Isto, conseqüentemente aumentaria os valores dos indicadores de lazer, que apresentou a menor contribuição, de educação, dos aspectos sanitários, dos econômicos, de saúde e habitacionais.

4.5. CONTABILIDADE

Este estudo, devido a limitações de acesso a informações, não procurou avaliar todo sistema de informações contábil gerencial dos assentamentos, nem procurou evidenciar nenhum comportamento e desempenho, restringindo-se apenas aos objetivos iniciais propostos em que a contabilidade, como ciência gestora do patrimônio, torna-se uma ferramenta no processo de gerenciamento e determina novos rumos para o empreendimento.

Durante a pesquisa foi possível identificar junto aos assentamentos alguns pontos importantes sobre o sistema de informação e o uso das informações contábeis, como: utilizar os serviços contábeis; relevância das demonstrações contábeis; informação gerencial atende as necessidades dos assentamentos; análise de relatórios financeiros e utilização de metodologia de análise; a periodicidade de elaboração do orçamento e a evolução do gerenciamento através do uso da contabilidade gerencial.

Observando-se a Figura 1 todos os três assentamentos utilizam os serviços contábeis externos através de um escritório de contabilidade na cidade circunvizinha aos assentamentos.

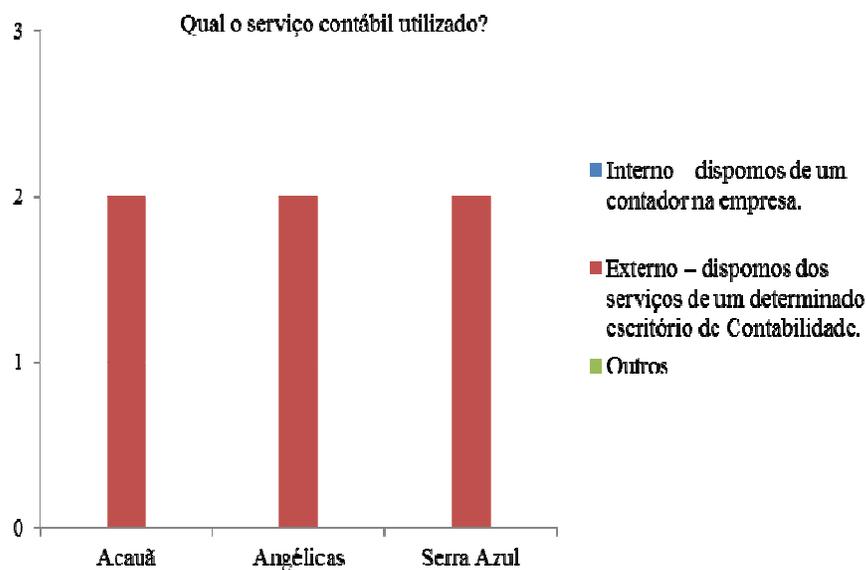


Figura 1 – Serviço contábil utilizado nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Existem diversos fatores que podem influenciar positiva ou negativamente a situação econômica e financeira da organização. Tais fatores podem ser internos ou externos da empresa. Sabendo que a mesma precisa de recursos do meio externo ao qual tem e deve relacionar-se, por consequência, acaba contraindo obrigações que deve honrá-las em um determinado momento. Todavia, durante o processo natural da sua atividade, seja a comercialização de produtos ou a transformação de recursos em produtos destinados a venda, o certo é que o assentamento passa também a adquirir direitos, isso decorrente dos seus valores a receber, de investimentos aplicados, de impostos a recuperar, etc., uma vez que recebem benefícios de Programas Nacionais como o INCRA E CRÉDITO FUNDIÁRIO para saldar suas obrigações de curto prazo e longo prazo.

Conforme a Figura 2, os resultados de relevância dos índices das demonstrações contábeis são utilizados para atender aspectos relacionados à área de controle da empresa, como também aos processos que visam ao planejamento estratégico, a que outras ferramentas podem ser agregadas, como os instrumentos da contabilidade de custos: O grau de alavancagem operacional; da margem de contribuição; o estudo do ponto de equilíbrio, dentre outras ferramentas que somadas a outros índices, contribuem significativamente aos processos decisórios nas organizações.

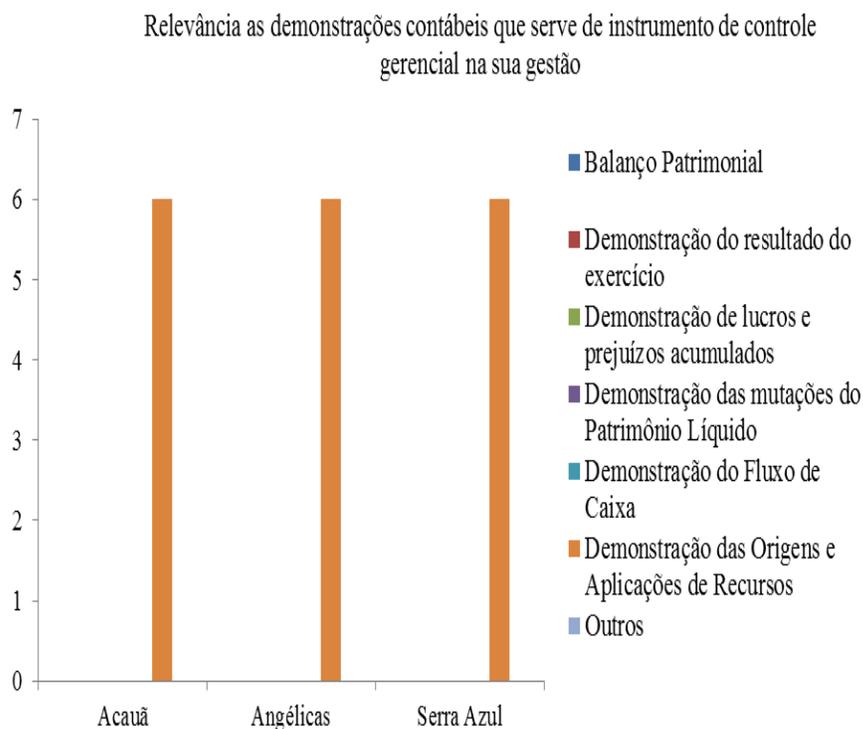


Figura 2 – Demonstrativos contábeis como controle gerencial nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

De acordo com os resultados desta pesquisa, todos os assentamentos escolheram a Demonstração das origens e aplicações de recursos como sendo a principal demonstração contábil que melhor auxilia no controle do gerenciamento, enquanto que os resultados verificados por Santos (2015) elegeu o Balanço Patrimonial.

De acordo com Gitman (2010) a análise de índices envolve métodos, cálculos e interpretações de índices financeiros para compreender, analisar e monitorar o desempenho da empresa, sendo que a Demonstração de Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial são os demonstrativos fundamentais para a análise.

A contabilidade utiliza-se da Demonstração do Resultado do Exercício, como um sistema de cálculo ordenado que se baseia pelo princípio da competência, através do qual as receitas e despesas serão apuradas de acordo com a ocorrência do fato e não pelo seu recebimento ou desembolso (SILVA, 2015).

Quanto ao uso da informação contábil e do sistema de informação gerencial, todos afirmaram que é empregado nos assentamentos e atende perfeitamente as necessidades da organização observada na Figura 3.

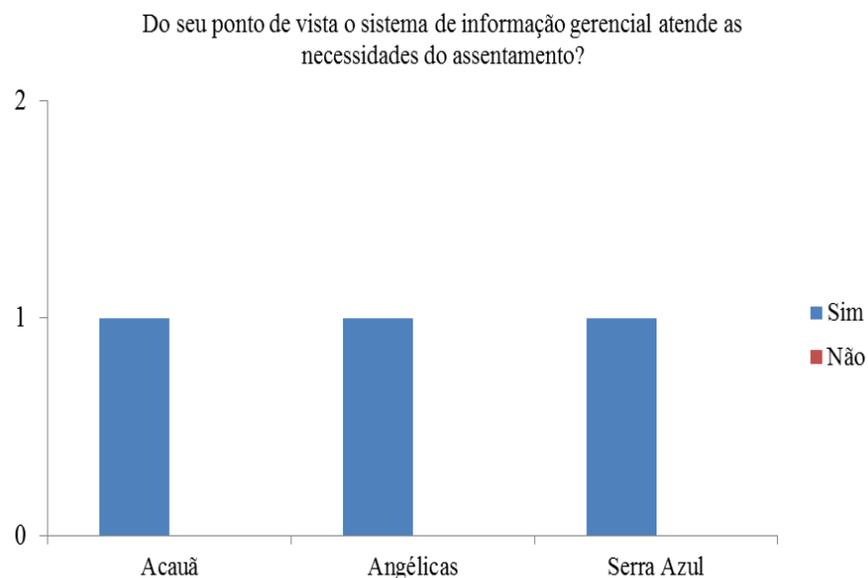


Figura 3 – Uso do sistema de informação no gerenciamento nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Conforme Padoveze, (2010) se o Sistema de Informações Gerenciais não for atualizado periodicamente, poderá ficar numa situação de descrédito perante seus usuários e todos que lidam com as informações contábeis deverão ter ciência que estão trabalhando com dados reais, significativos, práticos e objetivos, gerados, armazenados e processados de maneira simples e eficiente. Os relatórios deverão ser de fácil entendimento e de grande utilidade para quem os utiliza. Ele também reconhece que o sistema de informação não é um elemento isolado, mas interligado com outros elementos que coletam, manipulam, armazenam e disseminam os dados e informações. Logo, o Sistema de controle gerencial é um meio de unir e usar informações para auxiliar e coordenar as decisões de planejamento e controle no gerenciamento de uma organização e para direcionar o comportamento de gerentes e funcionários.

Os relatórios financeiros (Figura 4), emitidos pelo sistema de informação por parte do líder de cada assentamento, são diferenciados nos assentamentos. Em Acauã são analisados mensalmente e em Angélicas e Serra Azul são emitidos anualmente.

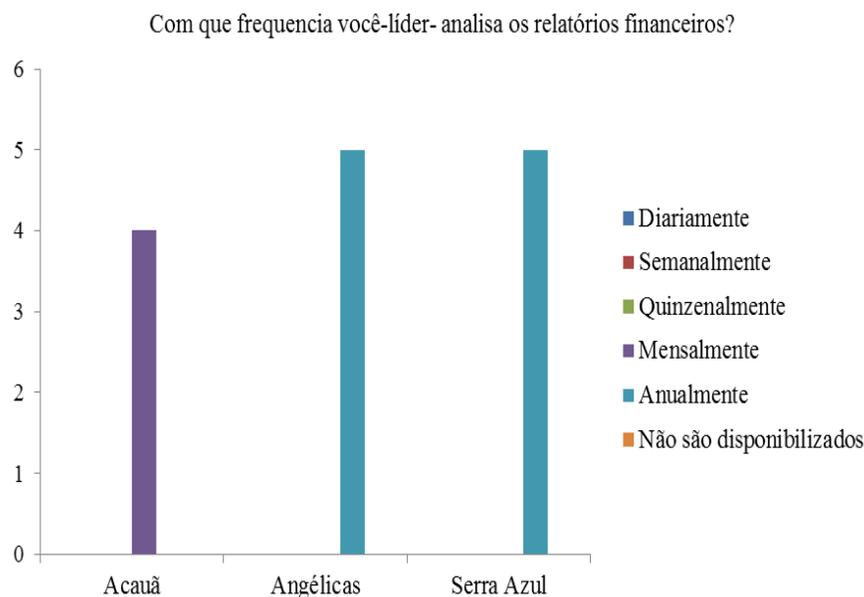


Figura 4 – Frequência do líder na análise dos relatórios nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

É bom ressaltar que, alguns relatórios gerenciais são possíveis de serem extraídos dos levantamentos contábeis para auxiliar no processo de gestão desejada. Padoveze (2002) evidencia que informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real percebido para suas decisões correntes ou prospectivas. Conclui-se, portanto, que a informação auxilia no processo decisório, pois, quando devidamente estruturada é de crucial importância para a empresa, associa os diversos subsistemas e capacita a empresa a impetrar seus objetivos.

As informações obtidas através dos relatórios financeiros dos assentamentos são plenamente satisfatórias e as decisões tomadas são baseadas nas informações fornecidas pelo sistema verificado na Figura 5.

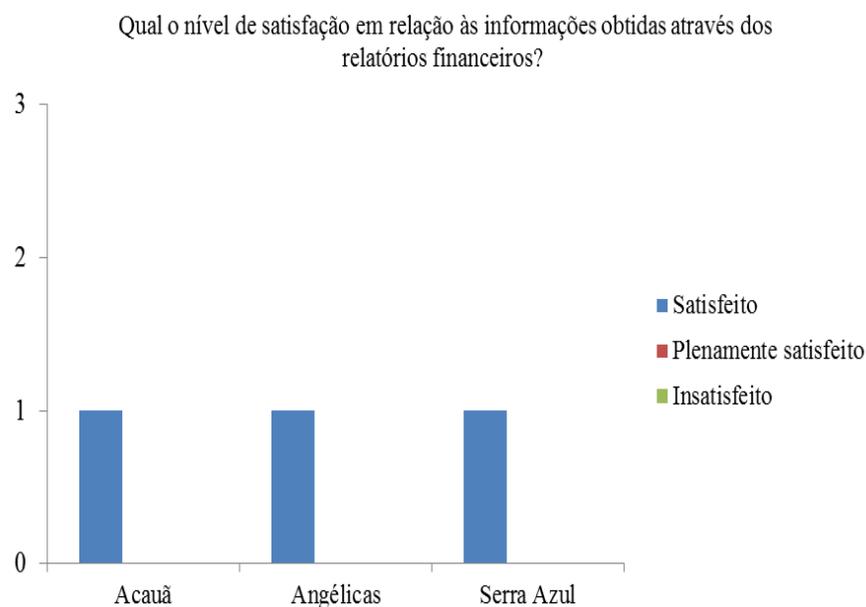


Figura 5 – Frequência do líder na análise dos relatórios nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Desse modo, para tomar uma decisão baseada em informações de custos, os gerenciadores precisam conhecer os dados para determinada decisão, uma vez que segundo Jiambalvo (2002) antes de tomar uma decisão, os gerentes precisam ter um entendimento profundo das informações de custos que são relevantes. Oliveira (2001), por sua vez, descreve o processo de decisão pelo monitoramento do processo, análise da situação, escolha de um curso específico de ação, aplicação do processo decisório, porque se estes gestores não conhecerem o processo dessas informações suas decisões estarão limitadas a relatórios, acarretando talvez decisões inadequadas.

Ao analisar a Figura 6, observamos que esses índices obtidos servem de parâmetros para as decisões que impactam diretamente na lucratividade da organização. A margem de contribuição, o crescimento nas vendas, o ponto de equilíbrio e a análise por índices fazem parte da análise utilizada no processo de tomada de decisões da empresa.

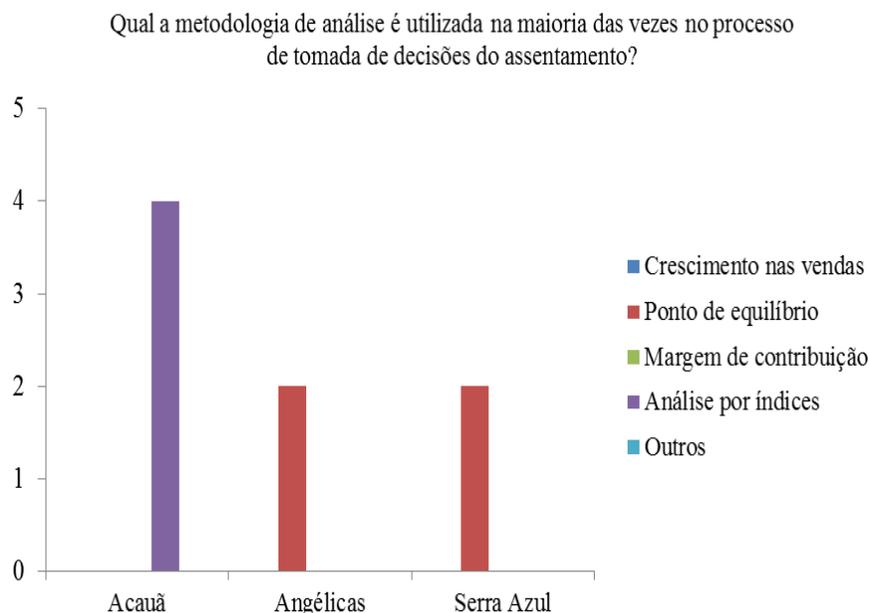


Figura 6 – Metodologia utilizada no processo de decisões nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Salienta-se que os focos principais dos assentamentos têm sido o uso das análises por índices, escolhidos por Acauã, e ponto de equilíbrio, por Angélicas e Serra Azul. Estes contribuem nas tomadas de decisões dos mesmos, pois é através dessas informações que o grupo se prepara para aplicar algumas estratégias e definir o seu planejamento para o período. Observa-se que, tomada de decisão por meio do uso gerencial da informação referente à margem de contribuição é útil para solucionar diversos problemas gerenciais, pois segundo dados de Santos (2015) a margem de contribuição, o crescimento nas vendas, o ponto de equilíbrio e a análise por índices fazem parte da análise utilizada no processo de tomada de decisões da empresa.

Pelos dados anteriormente expostos, verifica-se que o uso da Contabilidade por meio de seus relatórios e análises vem contribuindo para realizar o seu processo de tomada de decisões no desenvolvimento dos assentamentos. É por meio da análise dessas informações que eles podem localizar oportunidades e problemas importantes, permitindo mudanças no ambiente em que fazem parte.

A tomada de decisão é uma das funções da contabilidade de custos, pois de acordo com Garrison e Noreen (2001), a comunidade está sempre se deparando com questões do tipo: quais produtos vender, quais métodos de produção empregar, fabricar ou comprar, qual preço cobrar, quais canais de distribuição, quando aceitar pedidos especiais, etc.

Através da Figura 7 percebe-se que todos os assentamentos responderam que os índices das demonstrações contábeis são utilizados para atender aspectos relacionados à área de controle da empresa, como também aos processos que visam o planejamento estratégico, a que outras ferramentas podem ser agregadas, como os instrumentos da contabilidade de custos: O grau de alavancagem operacional; a margem de contribuição; o estudo do ponto de equilíbrio, dentre outras ferramentas que somadas aos outros índices, contribuem significativamente aos processos decisórios nas organizações.

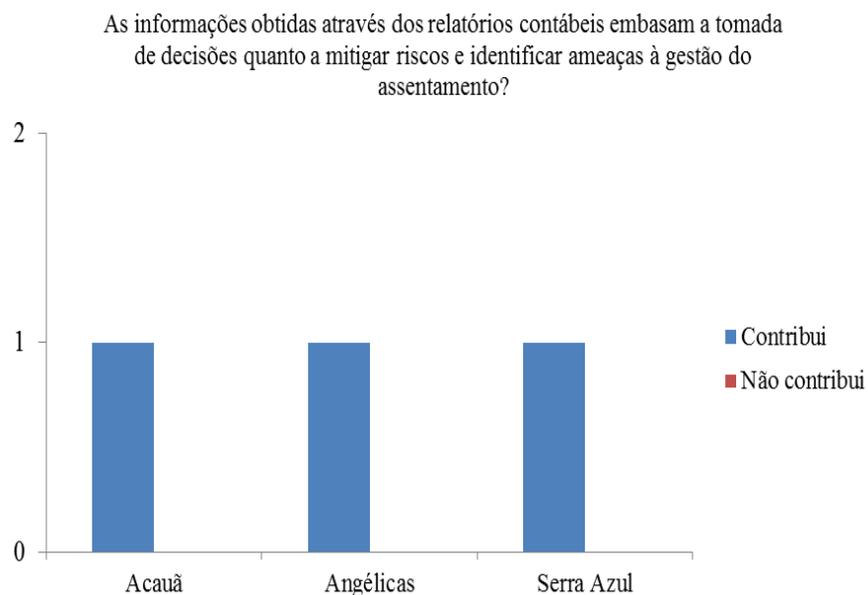


Figura 7 – Informações dos relatórios contábeis nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

Deste modo, o uso da contabilidade de custos como ferramenta gerencial torna-se um instrumento diferencial no que tange à decisão de modo e consiste na alimentação de informações que servem de base para diversas decisões gerenciais (SANTOS 2015).

A agilidade nas ações para o processo de tomada de decisões serão os ganhos imediatos que os assentados poderão obter com a utilização dos sistemas de informações proporcionados pela contabilidade gerencial.

De acordo com os resultados obtidos, salienta-se que o assentamento Acauã realiza seu orçamento anualmente como meta iniciante do ano letivo, já os assentamentos Angélicas e Serra Azul elaboram seus orçamentos mensalmente, uma vez que dependem de desempenho econômico e financeiro para que os recursos sejam aplicados nos assentamentos e um constante acompanhamento da posição de toda linha de créditos e beneficiamentos recebidos por órgãos federais (Figura 8). Resultados semelhantes foram encontrados por Santos (2015) na sua pesquisa Contabilidade de custos como instrumento de informação gerencial.

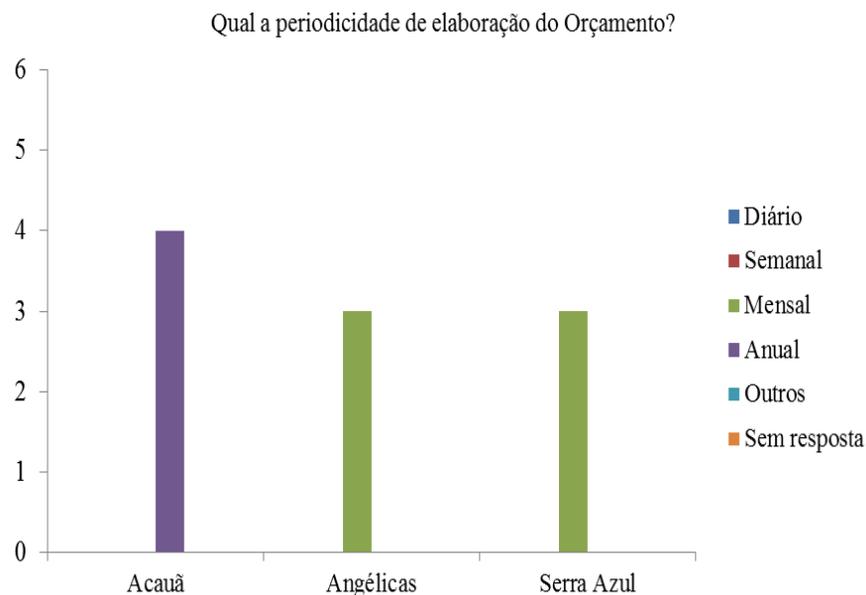


Figura 8 – Elaboração do orçamento nos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

A ideia de se procurar averiguar o uso da Contabilidade nesse tipo de empreendimento surgiu na intenção de verificar se realmente têm tido uma gestão adequada e eficaz, uma vez que não se pode gerir qualquer negócio sem o conhecimento da Contabilidade. Todos os setores produtivos têm na contabilidade atual seu desafio crucial para a manutenção de sua existência e permanência no mercado, que exige otimização de custos de produção ou operações que resultam necessariamente em ganho de produtividade.

No tocante ao uso da contabilidade gerencial a pesquisa obteve resposta positiva atribuída pelos assentamentos. Consta na Figura 9, a importância da Contabilidade de Custos juntamente com suas demonstrações e os sistemas de informações contribuíram substancialmente com o processo de tomada de decisões, e que são a análise de crescimento das vendas, a margem de contribuição e os índices as principais ferramentas utilizadas como suporte aos planos gerenciais, o que responde aos questionamentos deste estudo.

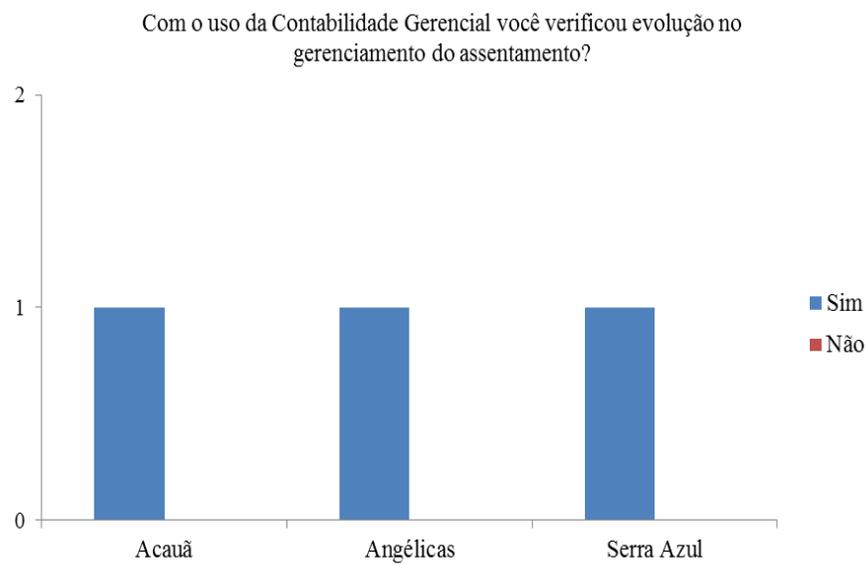


Figura 9 – Uso da contabilidade no gerenciamento dos assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul no município de Aparecida, Paraíba, 2015.

No que se refere à contabilidade de custos, pode-se dizer que esta atende a varias necessidades dos gestores, uma vez que, segundo Pizolato (2000) a sua importância resulta de uma constatação, a de que a massa de elementos coligados para a determinação de custos proporciona uma base ampla e ao mesmo tempo sólida para justificar, basear ou estimular decisões gerenciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho de pesquisa, comprovamos que ns assentamentos Acauã, Angélicas e Serra Azul, a sustentabilidade chegou ao nível médio, e atingiu o índice de 0,7556, 06307 e 0,6407, respectivamente, representando média qualidade de vida de seus participantes.

Os indicadores de maior contribuição no Índice de Qualidade de Vida (IQV) foram os de habitação e bens de consumo duráveis, enquanto o indicador de lazer é o menos representativo.

O médio nível de acumulação de capital social nos assentamentos foi considerado relevante pelo dimensionamento do Índice de Capital Social (ICS), contribuindo com a maior parcela na formação do Índice de Sustentabilidade (IS) dos assentamentos.

O Índice Capital Social mostrou que é expressiva a participação dos assentados em suas associações, sendo esta mais intensa no assentamento Acauã.

No aspecto ambiental, obtiveram-se resultados pouco satisfatórios, pois houve nível baixo para o Índice de sustentabilidade em todos os assentamentos. Neste sentido é importante que haja um trabalho de conservação ao meio ambiente em políticas de educação ambiental dirigida aos assentados.

O Índice de Sustentabilidade, de 0,6757, apresentou-se na média, o que pode sugerir um melhor desempenho para aumentar o Índice Ambiental para que venha somar com o Índice Capital Social e, conseqüentemente, elevar o Índice de Sustentabilidade nos assentamentos estudados.

A Contabilidade mensal, portanto, por meio de seus relatórios, e análise vem contribuindo para os assentamentos realizarem o seu processo de tomada de decisões.

Na análise das demonstrações contábeis, não são os cálculos dos índices ou os seus valores finais encontrados o que de fato importam, mas sim as informações relevantes que podem ser extraídas por usuários da contabilidade que entendem e interpretam os valores demonstrados para auxiliá-los nas suas projeções de resultados, nos seus planejamentos e nas suas futuras tomadas de decisões.

6. SUGESTÕES

Esses resultados sugerem que os associados estão mais preparados para atuar como tomadores de decisões do que como formuladores de sugestões.

Recomenda-se a adoção urgente de políticas que proporcionem melhorias da utilização de práticas analisadas para a sustentabilidade ambiental. Porquanto, chama-se a atenção à relação de interatividade entre todos os indicadores na formação da sustentabilidade ambiental, assim como aos demais indicadores, que apesar de melhores resultados, também necessitam receber incentivos à sua dinamização, evitando o aparecimento de entraves à promoção do desenvolvimento sustentável.

É preciso, também, sensibilizar o poder público para realizar investimentos em infraestrutura produtiva e de lazer, com o objetivo de melhorar as condições de qualidade de vida dos produtores e suas famílias nos assentamentos de reforma agrária e formar parcerias entre as instituições responsáveis pela reforma agrária no município e as universidades, visando a contribuir para a promoção do setor produtivo e a conscientização para preservação ambiental nesses assentamentos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 - **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente a Desenvolvimento** (Rio de Janeiro 1992). 2ª ed. - Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições técnicas, 1997.

ALMEIDA, R. N. de. **Organizações sociais: numa proposta de sustentabilidade em assentamentos rurais**. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão-SE, 2006.

ALTIERI, Miguel, - **Agroecologia Base Científica Para Uma Agricultura Sustentável**. Guaíba Ed. Agropecuária 2002. 592 p.

ALVES, L. B.; BASTOS, R. P. Análise de sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no município de Sylvania-Go. **48º SOBER**, julho, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1144.pdf>. Acessado em 20/08/2014.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma análise sobre a situação regional e setorial dos recursos. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

BAMAT, T.; NETO, G. I (Org.). **Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1999.**

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais** / coordenador Mário Otávio Batalha. 2. ed. – São Paulo: Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193 p.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 4.ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e Análise de Custos**. 1.ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BORGES, M. da G. B. **Estudo sobre a sustentabilidade: aspectos socioeconômicos e ambientais em cinco associações de apicultores no sertão da Paraíba**. 78f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2013.

BOUNI, C. **Indicateurs de Développement Durable: L'enjeu D'organiser une Information Hétérogène Pour Préparer une Décision Multicritère.** Paris: Asca, 1996. 14p.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Teoria e Prática.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Manual Operacional do Crédito Rural PRONAF, Brasília, 2002, 34p.

CARMO, M. S. do. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável.** In: Ferreira, A Brandenburg, A. (org) Para pensar outra agricultura. Curitiba: ED. UFPR, 1998, 275p.

CENDRERO, A. U. **Indicadores de Desarrollo Sostenible Para La Tomada De Decisiones.** 1997.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo, Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **“Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” em Buainain,** Antonio (coord.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil (Campinas: UNICAMP). 2008.

FERREIRA, R, F, V. **Sustentabilidade no assentamento Jacú: aspecto sócio econômico e ambiental e a importância dos registros contábeis.** 2014. 46f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2013.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FREIRE, Antônio Rodrigo Candido. **Módulo rural e módulo fiscal.** 2011. http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5955.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. **Contabilidade gerencial.** Trad. José Luiz Paravato. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GITMAN, L. **Princípios de administração financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOFFMANN, R. **Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil.** In: In: Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. NEAD Estudos 15, pp.173-225, 2007.

INCRA. Decreto Lei 1.110, de 9 de junho de 1970. **Institui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Brasília, 1970, disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/legislacao/decl/1110.htm> acesso em 18 fev 2006.

JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. Trad. Tatiana Carneiro Quírico. Rio de Janeiro. LTC, 2002.

LEFF, Enrique - **Saber Ambiental**. Ed. Vozes, 2001. 343p.

LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. In: LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, p.57-81, 2006.

MAIA, G. S.; KHAN, A. S.; SOUSA, E. P. de. **Avaliação do impacto do programa de reforma agrária federal no Ceará: um estudo de caso**, Economia Aplicada, v. 17, n. 3, 2013, pp. 379-398.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, J. S. **O impossível diálogo**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MARTINS, J.C.V. **Reflexos sociais, ambientais e econômicos da apicultura em assentamentos rurais do município de Apodi-RN**. 2005. 108f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: 1º capítulo seguido das teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Secretaria da Agricultura Familiar. Plano Safra2009/2010.Disponívelem:http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/download/plano_safr_a_2009_2010.pdf?Version_id=2623057>.Acessoem12/12/2009.

MELO I.S. de; Azevedo, J. L. de - **Microbiologia Ambiental** Jaguariúna: EMBRAPA CNPMA, 1997 438p.

MONTEIRO, D. **Agriculturas sem venenos: a Agroecologia aponta o caminho.** In: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: Caderno de Formação n.2, Curitiba: p. 80-86. 2012.

NAVARRO, Z. **Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil.** In Santos, B. S. (org.) Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. RJ, Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, J. M. M. e SAUER, S. **História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil.** In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. (org). Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, P. A. S. “**Sustentabilidade e Gestão – Ciência, Política e Técnica**”. In: **Rios, Redes e Regiões – A Sustentabilidade a Partir de um Enfoque Integrado dos Recursos Terrestres.** Porto Alegre AGE Editora, 2000, pp.19-97.

PIZZOLATO, N. D. **Introdução à contabilidade Gerencial.** 2 ed. São Paulo: Makron Books. 2000.

RAMPAZZO, S.E. **A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico.** In. BECKER, D. F. (Org). Desenvolvimento Sustentável Necessidade e ou Possibilidade? 4ªed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 241p.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 151-184 2008.

SACHS Ignaci, **Ecodesenvolvimento- Espaço Tempos e Estratégias de Desenvolvimento.** São Paulo:Vértice, 1986.

SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

SANTOS, C. S. **Contabilidade de custos como instrumento de informação gerencial: um estudo de caso, numa rede de empresas do comércio varejista de calçados de Feira de Santana – BA**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>> acesso em 15/07/2015.

SOUSA, L. C. F. **Sustentabilidade da apicultura: aspectos socioeconômicos e ambientais em assentamentos rurais no semiárido paraibano**. 2013, 68f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2013.

SOUSA, M. C. **Estudo da sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de Reforma Agrária no município de Mossoró – RN**. 2003.118f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2003.

SOUSA, M. C.; KHAN, A. S.; PASSOS, A. T. B.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no RN, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 1, jan-mar. 2005, p. 96-120.

SILVA, E. J. DOS SANTOS. **A importância dos índices contábeis na análise das demonstrações**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>> acesso em 14/08/2015.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**, vol. 8 – Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/a%20questao%20agraria%208.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta – identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. São Paulo, Alameda, 2005.

8. ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

ANEXO 1
QUESTIONÁRIO PARA OS ASSENTADOS

ASSENTAMENTO: Acauã Angélicas Serra Azul

I – IDENTIFICAÇÃO DO (A) ASSENTADO (A)

Nome/Apelido: _____

Sexo: Masculino Feminino Idade: _____

Município/Comunidade de origem: _____

II – PERFIL SOCIAL DOS PRODUTORES

1) Estado civil do(a) responsável pelo projeto:

Casado (a) Solteiro (a) Viúvo (a) Separado (a) União
 consensual

2) Número de membros da família: (quantificar)

	Residem no Assentamento	Residem fora do Assentamento (*)
Crianças (0 a 10 anos)	() h () m	() h () m
Jovens (11 a 21 anos)	() h () m	() h () m
		() h () m
Adultos (22 a 59 anos)	() h () m	() h () m
Idosos (60 em diante)	() h () m	

(*) considerar cônjuge e/ou filho(a)

3) Escolaridade do responsável pelo projeto:

Não sabe ler Fundamental incompleto I Fundamental incompleto II Médio incompleto Superior Incompleto

Assina Fundamental completo I Fundamental completo II Médio completo Superior completo

4) Bens que possui:

Rádio Ferro de engomar Liquidificador Bicicleta

Máquina de costura Equipamento som TV preto e branco Fogão a gás

TV colorido Geladeira Antena parabólica Moto Carro

5) Tratamento dado à água para consumo humano

Nenhum tratamento Fervida, filtrada ou hipoclorito de sódio

6) Destino dado aos dejetos humanos

Jogados a céu aberto Enterrado Dirigidos à fossa ou esgoto Outro: __

7) Destino dado ao lixo domiciliar

Jogados a céu aberto Queimado Enterrado Outro: _____

III – ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

1) Você participa ativamente das atividades com a associação a qual é filiado?

Sim Não

2) Nas reuniões você costuma apresentar sugestões?

Sim Não

3) As sugestões apresentadas são apreciadas e aprovadas nas reuniões?

Sim Não

4) Todas as decisões da associação são apreciadas e aprovadas em reuniões?

Sim Não

5) As decisões tomadas nas reuniões são efetivamente executadas pela diretoria?

Sim Não

6) Os investimentos que a associação realiza, são submetidos e aprovados nas reuniões?

Sim Não

7) É filiado a sindicato rural?

Sim Não

IV – INDICADORES AMBIENTAIS

1) A conservação do solo é feita através de:

Nenhuma prática Práticas mecânicas Práticas biológicas

2) Que método de controle você utiliza na unidade produtiva?

Agrotóxico Nenhum método Biológico

3) Faz utilização de fogo em atividades agropecuárias?

62

Sim Não

4) Caso afirmativo, com que frequência?

Só na derrubada Limpar folhas e lixos Todos os anos Outro: _____

5) Existe alguma prática de plantio para evitar a degradação do solo?

Sim, qual (ais)? _____ Não

V – INDICADORES PRODUTIVOS

1) Há quanto tempo (em anos) trabalha em atividades agropecuárias? _____

2) Sua família possui alguma renda não-agrícola?

Sim Não

3) Caso afirmativo, qual (ais)?

Aposentadoria/pensão Bolsa Comércio Diarista Outro: _____

4) Vende a mão de obra para alguma empresa da região?

Sim Não

5) Das atividades a seguir, identifique da melhor a pior economicamente: (1º, 2º, 3º, ...)

Apicultura Caprinocultura Fruticultura Cult.sequeiro Outro: _____

6) Produção individual dos últimos 12 meses quanto à pecuária: (Responder se tiver produção).

Espécie	Quanto produziu no último ano?					
	Corte (*)		Leite (*)		Ovos (*)	
	Consumo	Venda	Consumo	Venda	Consumo	Venda
Bovino					-----	-----
Caprino					-----	-----
Ovino					-----	-----
Suíno			-----	-----	-----	-----
Galinhas			-----	-----		

(*) lembrar de explicitar a unidade (kg, saca, arroba, litro, balde de 'x' litros, etc.)

7) Produção individual dos últimos 12 meses na Agricultura: (Responder se tiver plantado).

Cultura	Destino da produção (*) do que foi colhido	
	Consumo / forragem	Venda
Milho		
Feijão		
Algodão		
Sorgo		
Melancia		

(*) lembrar de explicitar a unidade (kg, saca, arroba, etc.)

Entrevistador: _____

Data: ____/____/2015

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO DE CONTABILIDADE

I. Dados sobre a empresa:

Ano de constituição: _____

Forma de constituição: Individual () Ltda () S.A ()

Qual o serviço contábil utilizado?

() Interno – dispomos de um contador na empresa.

() Externo – dispomos dos serviços de um determinado escritório de Contabilidade.

() Outros

Qual?

II. DO USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1. Enumere por ordem de relevância as demonstrações contábeis que serve de instrumento de controle gerencial, na sua gestão.

() Balanço Patrimonial

() Demonstração do Resultado do Exercício

() Demonstração de Lucros e prejuízos Acumulados

() Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

() Demonstração do Fluxo de Caixa.

() Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

() Outros.

Qual? _____

2. No seu ponto de vista o sistema de informação gerencial atende as necessidades da empresa?

() Sim

() Não, por que? _____

3. Com que frequência você – líder- analisa os relatórios financeiros?

() Diariamente

() Semanalmente

() Quinzenalmente

() Mensalmente

() Não são disponibilizado

4. Qual o seu nível de satisfação em relação às informações obtidas através dos relatórios financeiros:

() Satisfeito

() Plenamente satisfeito

() Insatisfeito

5. Qual a metodologia de análise é utilizada na maioria das vezes no processo de tomada de decisões da empresa?

- Crescimento nas vendas
- Ponto de equilíbrio
- Margem de contribuição
- Análise por índices
- Outros

Qual? _____

6. As informações obtidas através dos relatórios contábeis embasam a tomada de decisões quanto a mitigar riscos e identificar ameaças à gestão do assentamento?

- Contribui
- Não contribui

7. Qual a periodicidade de elaboração do Orçamento?

- Diário
- Semanal
- Mensal
- Anual
- Outros
- Sem resposta

8. Com o uso da contabilidade gerencial você verificou evolução no gerencial do assentamento?

- Sim
- Não